Extensão na educação profissional e tecnológica:
concepções e práticas em uma instituição pública do Estado de São Paulo

Fábio Lippi Silva
Professor da Fatec São Sebastião, CEETEPS.
Mestre em Educação Profissional, CEETEPS
E-mail: fabio.silva277@fatec.sp.gov.br

Michel Mott Machado
Professor do PPG em Educação Profissional, CEETEPS
Doutor em Administração de Empresas, PPGA-Mackenzie.
Pós-doutor em Business & Society, York University
E-mail: michel.machado@cpspos.sp.gov.br

Emerson Freire
Professor do PPG em Educação Profissional, CEETEPS
Doutor em Sociologia, Unicamp
Pós-doutor em Sociologia da Tecnologia, Unicamp
E-mail: emerson.freire@cpspos.sp.gov.br

Robson Malacarne
Professor do PPG em Ensino de Humanidade, IFES
Doutor em Administração de Empresas, PPGA-Mackenzie
Pós-doutor em Desconstrução e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Coimbra
E-mail: robson.malacarne@ifes.edu.br

Recebido: 05 fev. 2023 Aprovado: 20 mai. 2023

Resumo: Este artigo estuda as concepções e o desenvolvimento da extensão nas Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo. Para tal, realizou-se um estudo descritivo de caráter misto, tendo-se utilizado de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O artigo traz contribuições às discussões acerca da institucionalização da extensão, bem como aponta caminhos à ampliação da capacidade de organização, gestão e avaliação desta missão acadêmica.

Palavras-chave: Educação e Trabalho. Educação Profissional e Tecnológica. Extensão. Terceira Missão.

Abstract: This article studies the conceptions and development of extension in Technology Colleges in the State of São Paulo. To this end, we used a descriptive study of a mixed nature, using bibliographical, documental, and field research. The article contributes to the discussions about the Institutionalization of the extension, as well as points out ways to expand the organization, management, and evaluation capacity of this academic mission.

Keywords: Education and Work. Professional and Technological Education. Extension. Third Mission.

Resumen: Este artículo estudia los conceptos y el desarrollo de la extensión en las Facultades de Tecnología del Estado de São Paulo. Para ello, utilizamos un estudio descriptivo de carácter mixto, utilizando investigación bibliográfica, documental y de campo. El artículo contribuye a las discusiones sobre la Institucionalización de la extensión, así como apunta caminos para ampliar la capacidad de organización, gestión y evaluación de esta misión académica.

Palabras clave: Educación y Trabajo. Educación Profesional Tecnológica. Extensión. Tercera Misión.

Introdução

O processo de globalização impactou as relações humanas e o estilo de vida em diversos aspectos (SANTIAGO; MACHADO, 2015), sendo que esta realidade impôs desafios à educação a se manter como força motriz à formação de indivíduos capazes de exercerem a cidadania em uma sociedade tecnológica e complexa (SACRISTÁN, 2001; DELORS *et al.*, 2012). No que se refere ao Ensino Superior, nota-se que a educação desempenha função essencial no desenvolvimento da sociedade, sendo instrumento de produção e disseminação de conhecimentos e experiências, com foco no progresso econômico e social, na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento das nações (DELORS *et al.*, 2012).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Educação Superior brasileira deve estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente e difundir as conquistas e benefícios da pesquisa científica e tecnológica. Essa determinação tornou inevitável refletir sobre desafios e responsabilidades das Instituições de Ensino Superior (IES) em relação à sociedade, sendo a pretendida articulação entre ensino, pesquisa e extensão, um ponto de atenção.

Sobre as três missões acadêmicas mencionadas, considera-se que a que mais se vincula à sociedade é a extensão, sendo que na Resolução CNE/CES nº 7 de 2018 (BRASIL, 2018a), concebe-se a terceira missão como a atividade que promove a interação transformadora entre as IES e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e a pesquisa (BRITO; MOLINA; ALMEIDA, 2015; SILVA; MACHADO, 2022).

Assim, pensa-se ser necessário dar centralidade à extensão, sobretudo ao se desenvolver instrumentos e estratégias que orientem as práticas extensionistas articuladas com as atividades de ensino e pesquisa, em parceria com a comunidade e com olhar voltado às demandas reais de onde a IES está inserida (CALDERÓN, 2005).

Entende-se que essa centralidade também deveria estar presente – com vigor – na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), inclusive devido à relação entre educação, trabalho e sociedade. Contudo, apesar do interesse pela extensão por parte da comunidade científica brasileira, reconhece-se que no âmbito da EPT essa missão acadêmica ainda merece mais atenção (FOLIGNO; SILVA; MACHADO, 2022).

No Brasil, as diretrizes da EPT são definidas pela Resolução CNE/CP nº 1/2021 (BRASIL, 2021), que entre seus princípios destaca, por exemplo, o incentivo à capacidade empreendedora e à avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da aplicação das tecnologias e do exercício da profissão. Nessa direção, pensa-se que essa normativa requer que a EPT se efetive com foco nos interesses da sociedade (MACHADO; FOLIGNO; SILVA, 2022), no sentido de promover a formação de profissionais capazes de exercerem suas profissões com ética e responsabilidade (BRASIL, 2020a; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2016).

Essa perspectiva formativa pretendida, nos convida a refletir na direção de uma formação tecnoestética (FREIRE, 2018), bem como em práticas de ensino e aprendizagem criativas, inovadoras e produtoras de conhecimento (GARCIA; MALULY, 2021; MACHADO; FITTIPALDI, 2021; MALACARNE *et al*., 2022).

O caráter profissionalizante da EPT, de certa maneira, concorre à construção de projetos pedagógicos com vistas à formação de tecnólogos capazes de atuar rapidamente em suas profissões, ao mesmo tempo em que contribuam para a resolução de problemas reais da sociedade (FREIRE, 2012; MACHADO; FITTIPALDI, 2021). Nesse sentido, vislumbra-se a formação de profissionais competentes para enfrentarem os desafios das novas tecnologias e suas questões éticas, bem como capazes de se desenvolverem com autonomia ao longo da vida (PETEROSSI, 2014; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2016). Para tal, pensa-se que a articulação ensino-pesquisa-extensão seja um caminho, tendo em vista a formação de profissionais críticos e reflexivos de suas ações na sociedade (MACHADO; FOLIGNO; SILVA, 2022; MALACARNE *et al*., 2022).

Assim, com essas e outras questões em mente, realizou-se um estudo, em uma instituição pública de ensino paulista que se dedica à EPT, por meio do qual se buscou refletir sobre as concepções dos docentes acerca da extensão, bem como o desenvolvimento das ações extensionistas em suas unidades de ensino superior (faculdades).

A extensão na educação superior brasileira

A extensão foi a última das missões do tripé acadêmico a surgir formalmente, de modo que suas concepções e formas de efetivação tiveram diferentes entendimentos (GAVIRA; GIMENEZ; BONACELLI, 2020; TAVARES; FREITAS, 2016).

No contexto brasileiro, particularmente, há de se considerar que desde as primeiras experiências extensionistas no país, inúmeros debates foram conduzidos por diferentes instituições e fóruns representativos de IES, no sentido de consolidar a extensão no cotidiano acadêmico, como sendo parte do processo formativo, ao lado do ensino e da pesquisa (FORPROEX, 2013; RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017; TAVARES; FREITAS, 2016; SILVA; MACHADO, 2022). Um passo importante para essa consolidação foi a determinação do princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, pela Constituição Federal de 1988, além da influência dos debates promovidos pelos fóruns formados por IES públicas, privadas e comunitárias, à construção e processo de valorização da extensão no país (CALDERÓN, 2005; TAVARES; FREITAS, 2016).

Ainda, no caminho de consolidação da extensão no ensino superior brasileiro, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) contemplou a referida missão acadêmica como dimensão para medir o desempenho das IES e dos seus cursos superiores. Em 2017, o Decreto nº 9.235/2017, que trata da regulação, supervisão e avaliação das IES, determinou que programas de extensão institucionalizados estão entre os requisitos para credenciamento de centros universitários ou universidades (BRASIL, 2004; 2017; SILVA; MACHADO, 2022). Em 2018, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 se estabeleceu como o primeiro dispositivo normativo que veio regulamentar as diretrizes para a extensão na Educação Superior nacional, passando a consolidar seus conceitos, finalidades e formas de institucionalização (BRASIL, 2018a; 2018b; MELLO; NETO; PETRILLO, 2020; SILVA; MACHADO, 2022).

Além de se tornar a referência à institucionalização e ao processo de curricularização da extensão nas IES do país, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 representa mais um marco à história da extensão universitária brasileira, estebelecendo os princípios extensionistas em um dispositivo legal, o qual visa valorizar a essência da terceira missão como espaço de promoção do diálogo e troca de conhecimentos e experiências entre IES e a sociedade (BRASIL, 2018b; SERVA, 2020). De acordo com as diretrizes, a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e se constitui como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as IES e a sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018a).

A extensão se apresenta, então, como chave à construção do conhecimento pluriversitário, construído de maneira contextual, que ganha corpo à medida em que é aplicado, o que, sendo assim, é capaz de promover participação social, melhoria da qualidade de vida, redução das desigualdades e o exercício consciente da cidadania (SANTOS, 2011; SERVA, 2020).

Cabe à extensão, portanto, cooperar com a formação integral do estudante, preparando-o para a vida em sociedade, o que inclui a dimensão profissional. Nesse sentido, articulada ao ensino e à pesquisa, a extensão tende a promover o enriquecimento pessoal dos envolvidos, possibilitando a formação de trabalhadores capazes de exercerem suas profissões com olhar crítico e consciente (BATISTA, 2012; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2016; 2018; MACHADO; PRADOS, 2018; TAVARES; FREITAS, 2016).

Em linha com esse pensamento, assume-se que a participação em ações extensionistas estimula os envolvidos à reflexão e construção de conhecimento contextualizado (THIOLLENT, 2002). Não se pretente "supervalorizar" a extensão, mas sim valorizá-la como processo educativo e acadêmico, de forma que "as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa)" (FORPROEX, 2012, p. 32).

Ao se articular com o ensino, a extensão amplia os espaços de aprendizagem para além da sala de aula e coloca o estudante como protagonista deste processo educativo e, ao se articular com a pesquisa, subsidia a produção de conhecimentos por meio do diálogo entre as comunidades interna e externa (CORRÊA, 2003; OLIVEIRA; FREIRE; BATISTA, 2020).

Esse diálogo pressupõe o desenvolvimento de um processo de aprendizagem coletiva, com metodologias que vão além dos métodos cartesianos, atenta às leituras, análises e interpretações sobre as estruturas ambientais e sociais (MALACARNE; BRUNSTEIN, 2021). Ousa-se estabelecer um movimento de invenção e cuidado com a vida, que reconhece os limites ecossistêmicos, as vulnerabilidades e os contextos socioculturais que podem facilitar e/ou dificultar a trajetória e as experiências na travessia formativa (DEMOLY; SANTOS, 2019). Essa perspectiva sistêmica e integrativa da extensão acolhe os conflitos de classe, as questões socioambientais e as singularidades do território (CASTILLHO *et al.*, 2019).

Ao se envolverem com a extensão, alunos, docentes, dirigentes e membros das comunidades, despertam espírito transformador da realidade e senso de responsabilidade social (MACHADO; FOLIGNO; SILVA, 2022), o que possibilita que a IES cumpra sua missão, expresse seu compromisso social e tenha maior relevância para a comunidade (CALDERÓN, 2005).

Metodologia

Trata-se de uma investigação descritiva, bibliográfica, documental e de campo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), de enfoque misto (CRESWELL, 2007). A pesquisa teve como *lócus* o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), sendo que a investigação focalizou as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec).

Na etapa documental, decidiu-se pela análise de documentos institucionais. Na pesquisa de campo, aplicou-se questionário eletrônico com perguntas fechadas e abertas, tendo em vista a realização de análises estatísticas e textuais (CRESWELL, 2007). O público-alvo da pesquisa de campo foi o corpo docente, tendo por amostra total 270 respondentes de 62 faculdades. Os resultados obtidos foram confrontados com a literatura recente sobre o tema, a fim de concretizar os objetivos da investigação.

A extensão nos documentos institucionais

Optou-se por investigar o Regimento do CEETEPS (SÃO PAULO, 2012), o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Fatecs (SÃO PAULO, 2009), o Regimento das Fatecs (SÃO PAULO, 2016) e as instruções institucionais do CEETEPS sobre os Planos de Desenvolvimento Institucional das faculdades (SÃO PAULO, 2018).

Nota-se que os documentos institucionais trazem determinações quanto ao funcionamento, às concepções e às responsabilidades de diferentes atores em relação às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. As diretrizes institucionais buscam, também, reforçar a importância social e estratégica da IES para o Estado de São Paulo, atribuindo ao ensino superior do CEETEPS, o compromisso com a valorização e o desenvolvimento humano, o atendimento às demandas sociais, o desenvolvimento social e econômico, entre outros aspectos.

No entanto, é possível considerar que há espaços para aprimoramento desses instrumentos normativos institucionais, no sentido de institucionalizar as concepções e as ações extensionistas, o que poderia significar um passo adiante ao alinhamento e estreitamento do relacionamento entre a instituição de ensino e a sociedade (MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2016; 2018; OLIVEIRA; FREIRE; BATISTA, 2020; MACHADO; FOLIGNO; SILVA, 2022).

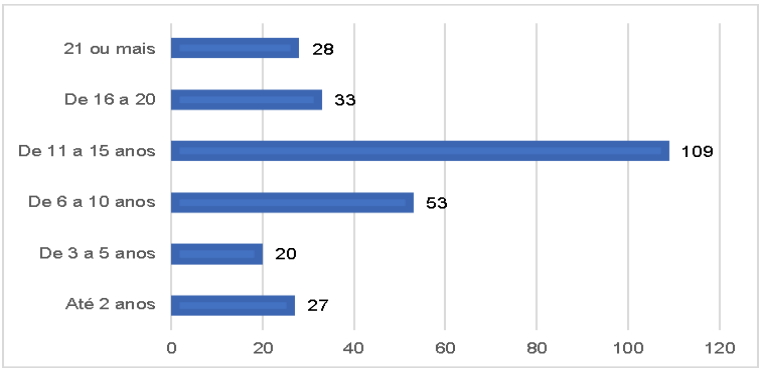
Verifica-se uma certa tendência a uma concepção assistencialista da extensão (SILVA; MACHADO, 2022), o que pode ocasionar afastamento da realização de práticas extensionistas que se efetivem como processo educativo. Nesse contexto, considera-se que o CEETEPS tem o desafio de reforçar essa função acadêmica para concebê-la como processo educativo, o que exigiria reflexão e debates sobre reformulações políticas e pedagógicas que promovam a articulação ensino-pesquisa-extensão (TAUCHEN; FÁVERO, 2011). Nesse sentido, a Resolução CNE/CES nº 07/2018, sem dúvida, se apresenta como oportunidade à institucionalização da extensão (GAVIRA; GIMENEZ; BONACELLI, 2020).

Observa-se que a existência de pequenos lapsos conceituais podem levar qualquer IES a equívocos quanto à execução da extensão. Desse modo, debruçar sobre a extensão e sua articulação com o ensino e a pesquisa se faz essencial à superação de concepções que podem limitar a efetivação de práticas coerentes à produção de conhecimento pluriversitário (SERVA, 2020). Vale considerar que concepções equivocadas podem resultar em relações com a sociedade não condizentes com os preceitos extensionistas (MACHADO; FOLIGNO; SILVA, 2022).

Docentes das faculdades de tecnologia e a extensão

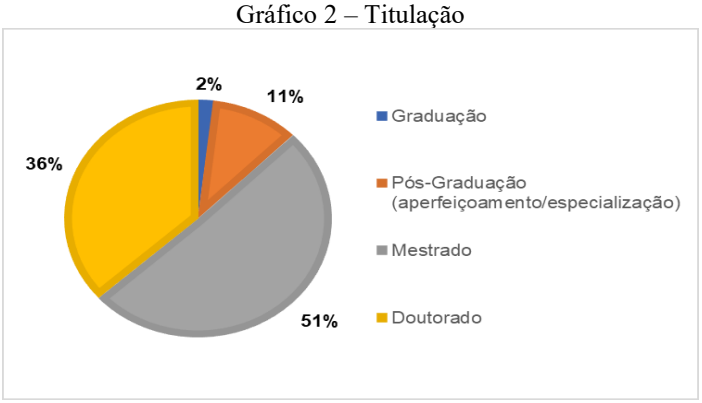
Dos docentes que responderam o questionário, 27 possuíam menos de 2 anos de docência na IES e 87% possuíam pós-graduação *stricto sensu* (Gráfico 1 e Gráfico 2), o que sugere que boa parte do corpo docente possua certa "bagagem" acadêmica/vivência na instituição, inclusive conhecimento prático de como se desenvolve a extensão, além de alguma maturidade quanto aos documentos institucionais.

Gráfico 1 – Tempo de vínculo



Fonte: os autores (2023).

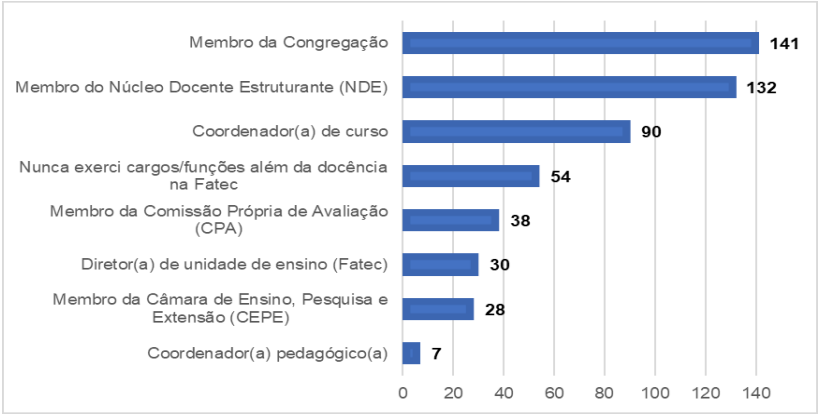
Gráfico 2 – Titulação



Fonte: os autores (2023).

Quase 90% dos respondentes apresentavam vínculo contratual por tempo indeterminado, indicando estreito laço institucional , além de sugerir um potencial de envolvimento cotidiano com a extensão nas unidades de ensino (SILVA; MACHADO, 2022). A maior parte dos respondentes indicou que tem ou já teve alguma atuação em posições que têm relação com o planejamento, acompanhamento e avaliação da extensão (Gráfico 3).

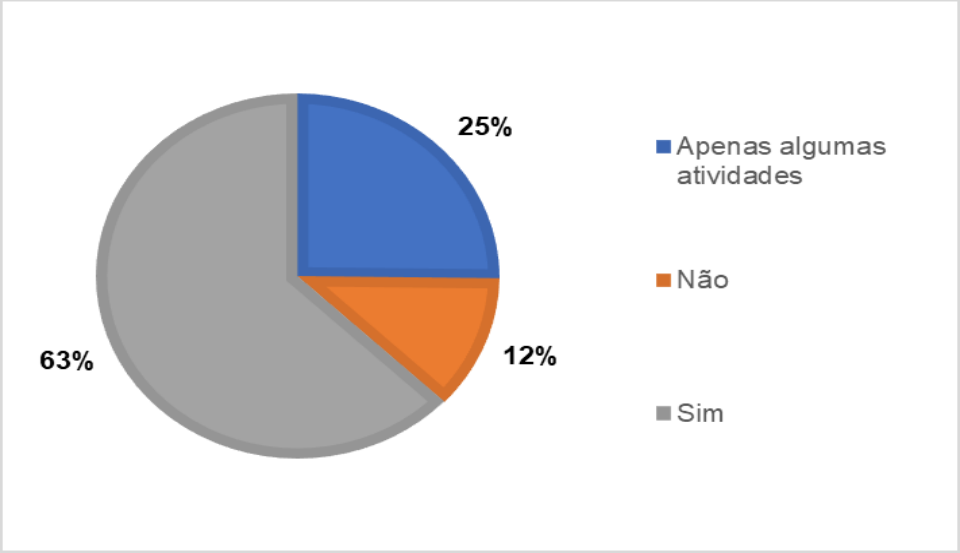
Gráfico 3 – Cargos exercidos



Fonte: os autores (2023).

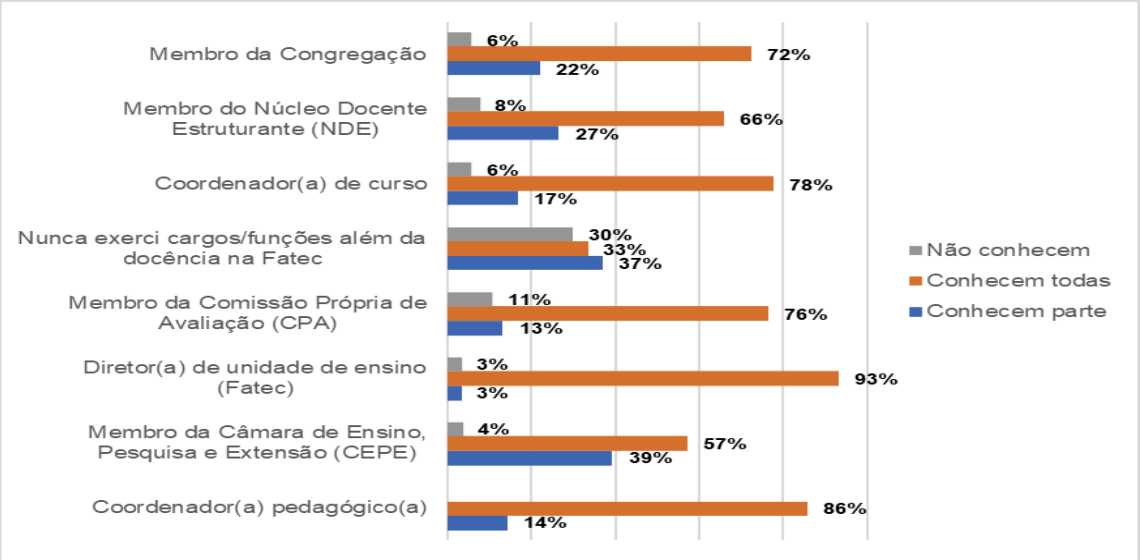
Ao ocupar um cargo ou participar em comissões indicadas na pergunta, o(a) docente passa a conhecer de maneira minuciosa as normas e procedimentos vigentes na instituição de ensino, inclusive as concernentes a extensão. De maneira geral, nota-se que a maior parte dos respondentes indicou bom nível de conhecimento sobre as ações extensionistas em suas faculdades, mas percebe-se certa fragilidade daqueles que nunca exerceram atividades de gestão, bem como aqueles com menos de 2 anos de contrato (Gráfico 4, Gráfico 5 e Gráfico 6).

Gráfico 4 – Conhecimento das ações



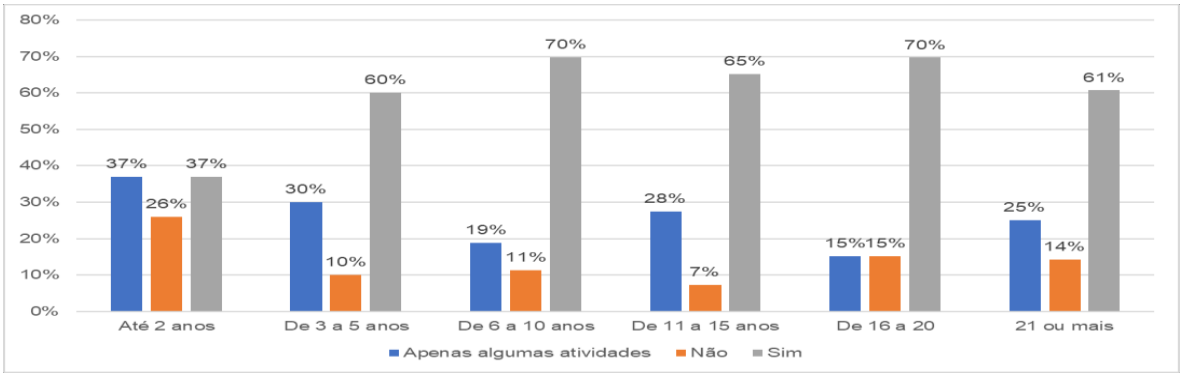
Fonte: os autores (2023).

Gráfico 5 – Conhecimento das ações



Fonte: os autores (2023).

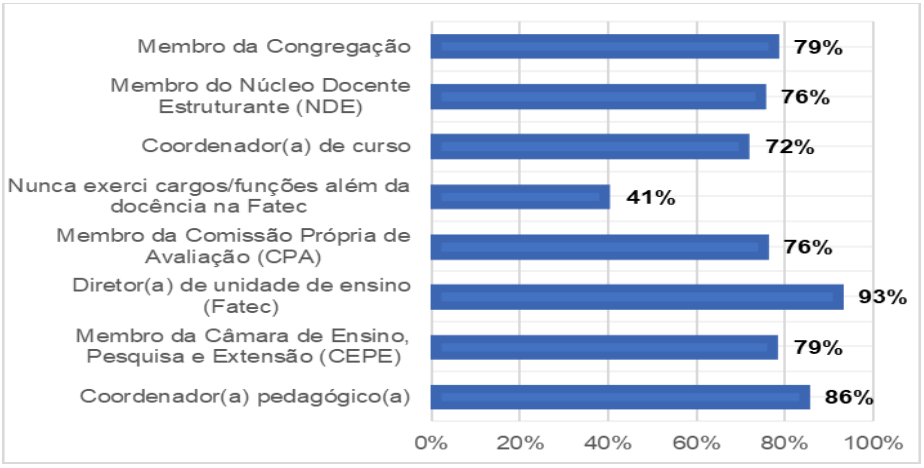
Gráfico 6 – Tempo de casa x conhecimento



Fonte: os autores (2023).

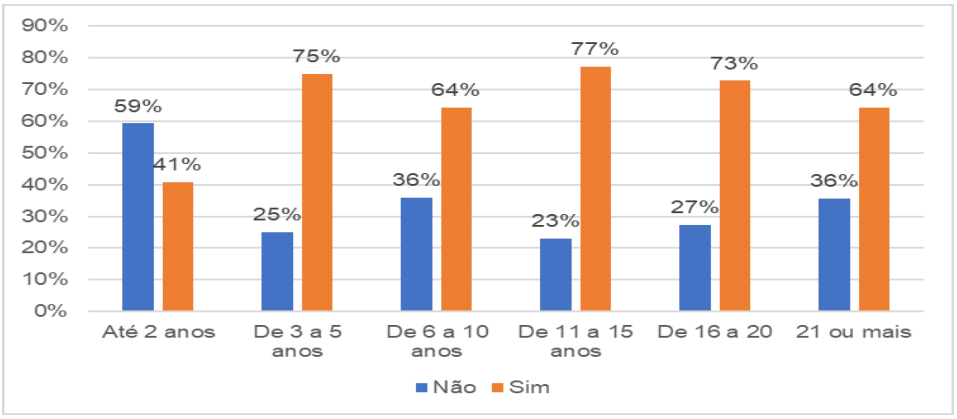
Pode-se notar fenômeno semelhante quando docentes desses dois grupos indicam pouca participação nas atividades, se comparados com outros grupos (Gráfico 7 e 8).

Gráfico 7 – Participação



Fonte: os autores (2023).

Gráfico 8 – Participação *versus* Tempo de casa



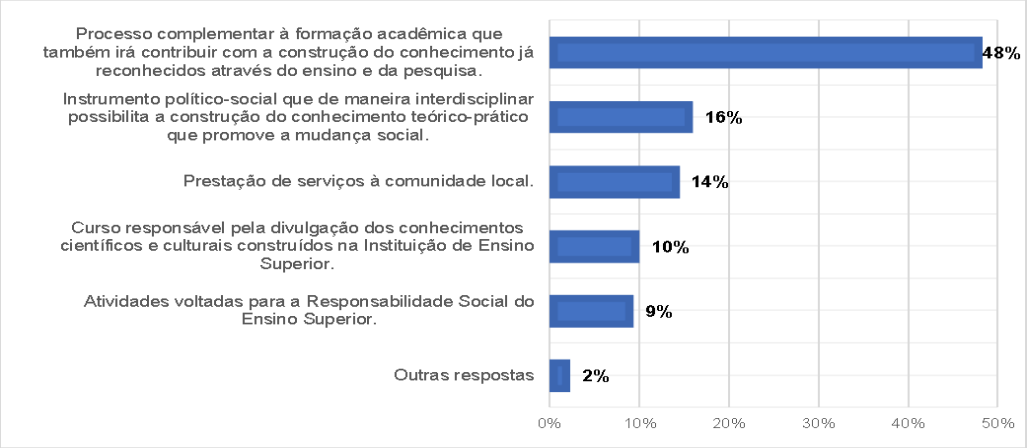
Fonte: os autores (2023).

Esses resultados permitem inferir que docentes que atuam ou já tenham atuado em cargos de gestão na faculdade, assim como aqueles com mais tempo de vínculo institucional, além de possuírem maior conhecimento sobre a extensão em suas unidades de ensino, também tendem a um maior envolvimento com tais práticas (SILVA; MACHADO, 2022).

No que se refere aos tipos de atividades de extensão desenvolvidas, palestras e seminários compreenderam a maioria (77%), seguidas por cursos e oficinas (69%) e projetos acadêmicos institucionais (42%) (SILVA; MACHADO, 2022).

Um ponto central diz respeito ao que os respondentes entendem como extensão, uma vez que tais concepções podem trazer impactos tanto à participação, quanto aos tipos de ações que podem ser desenvolvidas. Se assim refletimos, é porque se tem a compreensão de que os indivíduos agem a partir de suas visões da realidade, influenciando e sendo influenciados pelo espaço, de forma que realizam práticas e produzem saberes, a partir das suas significações do saber, de acordo com o contexto (MALACARNE; BALASSIANO; NOSSA, 2016). Assim, verifica-se que 48% consideram a extensão como um processo complementar à formação acadêmica que contribui com a construção de conhecimentos já reconhecidos por meio do ensino e da pesquisa (Gráfico 9), concepção esta predominante em todos os grupos.

Gráfico 9 – Entendimento de extensão



Fonte: os autores (2023).

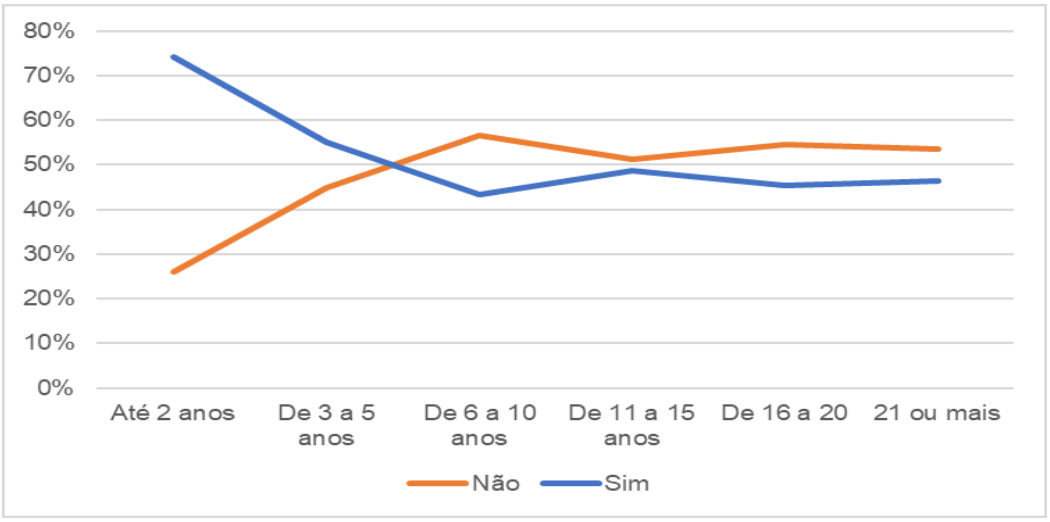
Também, procurou-se verificar o nível de conhecimento do corpo docente em relação à Resolução CNE/CES nº 07/2018. Pensa-se que é importante avaliar essa questão, pois pode significar, inclusive, êxito na implantação de políticas extensionistas

de acordo com o prazo e com a concepção de extensão ali definida. No entanto, a maior parte dos professores (61%) informou desconhecer esta normativa.

Além disso, a fim de identificar se há avanços institucionais nas unidades de ensino (faculdades) em relação à institucionalização da extensão, por meio de políticas internas da própria faculdade, questionou-se aos docentes se suas UE possuem plano ou política de extensão. Nesse aspecto, obteve-se 50% de respostas afirmativas e 50% negativas (SILVA; MACHADO, 2022).

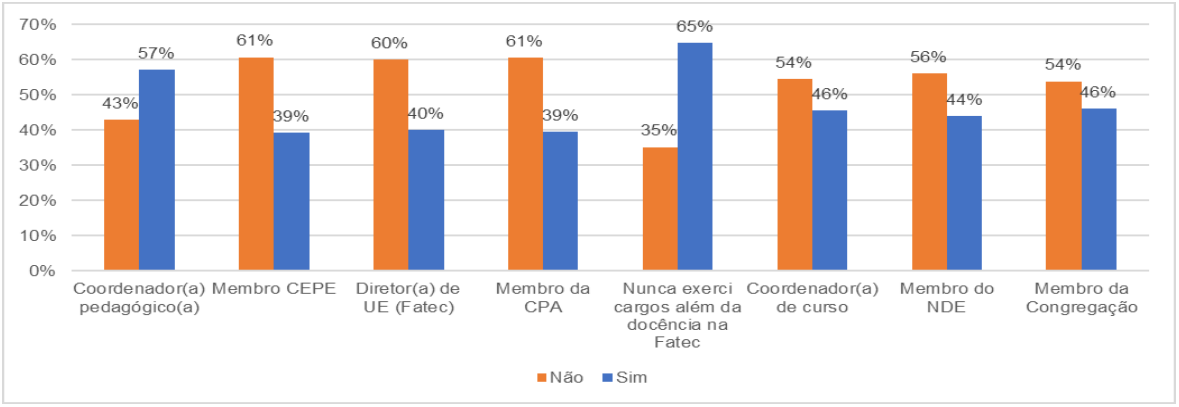
Docentes com menos de 2 anos de contrato, bem como aqueles que nunca exerceram cargos ou participaram de comissões de gestão, demonstraram maior desconhecimento do tema (extensão) ao indicarem respostas que destoam da média dos demais grupos de docentes (Gráfico 10 e Gráfico 11).

Gráfico 10 – Conhecimento da existência de plano/política de extensão *versus* tempo de casa



Fonte: os autores (2023).

Gráfico 11 - Conhecimento da existência de plano/política de extensão *versus* função



Fonte: os autores (2023).

A fim de confirmar a existência de políticas institucionais, *websites* das faculdades foram averiguadas. Assim, foi possível identificar que algumas unidades de ensino possuem páginas de programas ou das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), mas não exatamente políticas, planos ou diretrizes que orientem a extensão (SILVA; MACHADO, 2022).

Com vistas a subsidiar futuras discussões sobre políticas institucionais voltadas à extensão, bem como ampliar a capacidade de organização e gestão da extensão da instituição ensino em foco, sugere-se a utilização de um raciocínio que identifique possíveis forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para este fim, conforme proposto por Silva e Machado (2022).

Considerações finais

Por meio deste estudo, foi possível entender melhor as concepções e práticas de extensão no âmbito das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo, segundo análise de documentos institucionais e a visão de docentes das referidas instituições de ensino dedicadas à EPT. Verificou-se sinais de que o corpo docente entende a importância dessa missão acadêmica para a formação profissional do educando. A análise dos dados coletados permite dizer que há certo alinhamento das práticas desenvolvidas com os preceitos extensionistas constantes na Resolução CNE/CES nº 07/2018, de forma que é possível sugerir que as faculdades desenvolvem espaços/oportunidades de aprendizagem com vistas à formação integral do estudante (futuro/a tecnólogo/a).

A formação integral do estudante de ensino superior tende a ser mais efetiva quando as práticas educativas ocorrem tendo como essência as relações com a comunidade externa, pois entende-se que tais conexões levam os envolvidos a se tornarem cidadãos críticos, aptos ao exercício ético e responsável da profissão, bem como a IES atuar em direção aos interesses da sociedade. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, deve ser colocada como a base da formação acadêmica, de forma que o alinhamento da IES com a comunidade externa se torna elemento estruturante à formação de profissionais críticos de suas próprias ações no mundo. Entretanto, apesar da importância da articulação do tripé acadêmico, onde a extensão seja colocada em posição equivalente ao ensino e a pesquisa, compreende-se que ainda há um caminho a ser trilhado à sua institucionalização nas Faculdades de Tecnologia do CEETEPS.

Quando se trata do conhecimento do que é realizado em termos de extensão nas unidades de ensino, por exemplo, observa-se que a maior parte dos docentes indica ter conhecimento por meio da comunicação direta com os diretores e coordenadores. Mas, o que se indica como ponto de preocupação, é que os resultados apontam haver uma queda entre o nível de conhecimento e o envolvimento, o que demonstra que as faculdades têm o desafio estratégico de ampliar a participação da comunidade acadêmica em atividades extensionistas.

Outro ponto de atenção, é o que tem a ver com os docentes com vínculo contratual por tempo determinado, pois estes parecem não se envolver com a extensão na mesma quantidade/intensidade do que docentes que possuem contrato de tempo indeterminado. Essa questão se torna sensível, à medida que os documentos institucionais atribuam ao docente a responsabilidade em articular o ensino, a pesquisa e a extensão.

Um caminho possível para ampliar o envolvimento com a extensão, pode ser o debate acerca de estratégias de divulgação das atividades extensionistas, bem como a criação de mecanismos de avaliação com indicadores de desempenho e impacto. Ao se promover a visibilidade da extensão, bem como de seus envolvidos, acredita-se que o interesse sobre a extensão tende a ampliar, além da sua qualidade e valorização.

Além da ausência de uma política institucional de extensão (em movimento de cima para baixo) – um fator limitante à sua institucionalização –, nota-se a inexistência de um sistema de informação – como parte da política – para registro e evidenciação das práticas extensionistas. Um sistema para essa finalidade, poderia representar um importante avanço à institucionalização da extensão, assim como à sua organização, gestão e avaliação, com vistas a uma governança estratégica da instituição de ensino no que se refere a esta missão acadêmica.

Considera-se que este artigo pode contribuir para os debates sobre a institucionalização da extensão nas IES brasileiras, principalmente aquelas instituições de ensino que se dedicam à EPT. Do ponto de vista da prática de gestão, o trabalho aponta para algumas “pistas” de fatores promotores e limitantes à extensão, de modo a ampliar a capacidade de organização, gestão e avaliação na instituição de ensino em foco.

Referências

BATISTA, S. S. S. Educação profissional e tecnológica: politécnica e emancipação. In ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Org.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 27-38.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST)**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Brasília: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=62611. Acesso em: 24 de ago. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 608/2018**. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file. Acesso em: 20 de fev. 2020.

BRASIL. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept. Acesso em 05 de set. de 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 498/2020**. Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Brasília: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501-pces498-20/file. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRITO, R. P.; MOLINA, R.; ALMEIDA, C. P. Extensão na pós-graduação: muito mais que uma rima. In PONS, I. E. R.; ALMEIDA, C. P. (Orgs.). **Extensão na educação superior brasileira:** motivação para os currículos ou "curricularização" imperativa? São Paulo: Editora Mackenzie, 2015. p. 47-78.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, Brasília, v. 23, n. 34, p. 13-27, abr. 2005.

CASTILLO, D. D, PASQUO, F. D., BUSAN, T. E., KLIER, G.; MAHLER, B. ¿Qué lugar ocupan actores sociales en el contexto de servicios ecosistémicos? Una revisión en áreas de ecología y biología de la conservación. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 116-131, abr. 2019.

CORRÊA, E.J. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Rev. Bras. Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 12-15, jul./dez. 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos quantitativos, qualitativos e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELORS, J. *et al*. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMOLY, K. R. A.; SANTOS, J. S. B. Aprendizagem, Educação ambiental e escola: modos de agir na experiência de estudantes e professores. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1-20, 2018.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **Refas - Revista Fatec Zona Sul**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 19-33, fev. 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU).** Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

FORPROEX. **Avaliação da extensão universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Coleção universitária. Nº 8. Belo Horizonte: FORPROEX, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

FREIRE, E. Tecnólogo e mercado: uma relação a ser revisitada. In ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 103-115.

FREIRE, E. "Falta-nos poetas técnicos": em direção a uma formação tecnoestética. In FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica:** extensão e cultura. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. p. 21-40.

GARCIA, W.; MALULY, L. Afroqueer + Plural: atividade de extensão como produção de conhecimento. **XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional – SIMPROFI 2021**, Anais do XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. CEETEPS, São Paulo, SP, 24 e 25 de novembro de 2021. Disponível em: http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/1075/bf21fddd472c65dcbdd7f4bae91dd756.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

GAVIRA, M. O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 02, p. 395-415, jul. 2020.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N.; MARTINO, M. A. A educação profissional e tecnológica e a prática extensionista: algumas reflexões. **RETC – Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, Jundiaí, v. 2, n. 19, p. 120-129, out. 2016.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N.; MARTINO, M. A. A extensão e a educação profissional e tecnológica no Centro Paula Souza: realizações, desafios e oportunidades. In FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica:** extensão e cultura. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. p. 197-213.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N. As Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo e a responsabilidade social no ensino superior de graduação tecnológica. **RETC – Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, Jundiaí, v. 22, p. 41-49, set. 2018.

MACHADO, M. M.; FITTIPALDI, M. A. S. Produção técnica em organizações e relato tecnológico: práticas em andamento na educação profissional e tecnológica. **REGIT – Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia**, Itaquaquecetuba, v. 15, n. 1, p. 159-173, jan./jun. 2021.

MACHADO, M. M.; FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L. Extensão e responsabilidade social da educação superior: a educação profissional tecnológica brasileira em foco. In MARTINS, T. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Concepções e práticas nas políticas educacionais**: o ensino superior e a formação técnica e tecnológica. São Paulo: Editora UNIMEP, 2022. p. 182-199.

MALACARNE, R.; BALASSIANO, M.; NOSSA, V. Implicações do BSC nas práticas cotidianas que envolvem a gestão de pessoas: estudo de caso em uma instituição de educação profissional. **O&S – Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 78, p. 406-420, jul./set. 2016.

MALACARNE, R.; BRUNSTEIN, J. Discursos e iniciativas de desenvolvimento de competências para a sustentabilidade do World Business Council for Sustainable Development. **O&S – Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 28, n. 99, p. 920-946, 2021.

MALACARNE, R.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M.; BIZERRIL, M. X. A. Sustentabilidade no ensino superior: extensão e formação na educação profissional e tecnológica. In PEREIRA, C.; FRICKE, K. (Coords.). **Cooperação intersetorial e inovação**: ferramentas para a gestão sustentável de resíduos sólidos. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2022. p. 271-299.

MELLO, C. M.; NETO, J. R. M. A.; PETRILLO, R. P. **Curricularização da extensão universitária**: teoria e prática. Freitas Bastos Editora: Rio de Janeiro, 2020. 124 p.

OLIVEIRA, P. S.; FREIRE, E.; BATISTA, S. S. S. Cursos superiores de tecnologia, extensão e cultura. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 6, p. 19-33, 2020.

PETEROSSI, H. G. **Subsídios ao estudo da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: CEETEPS, 2014.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, A. M. A.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 13 n. 1, p. 52-65, jan./abr. 2017.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTIAGO, C.; MACHADO, M. M. Implicações da globalização no âmbito do saber e da prática de gestão: algumas reflexões. **REGIT – Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia**, Itaquaquecetuba, v. 4, n. 2, p. 13-33, jul./dez.2015.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SÃO PAULO. **Deliberação CEETEPS 12, de 14 de dezembro de 2009**. Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS. São Paulo: CEETEPS, 2009. Disponível em: https://cesu.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/regulamento_geral_fatecs.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto nº 58.385, de 13 de setembro de 2012**. Aprova o Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS. São Paulo: SDE, 2012. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58385-13.09.2012.html. Acesso em: 07 mai. 2023.

SÃO PAULO. **Deliberação CEETEPS 31, de 27 de setembro de 2016**. Aprova o Regimento das Faculdades de Tecnologia - Fatecs - do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. São Paulo: CEETEPS, 2016. Disponível em: http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cesu/regimento-geral.pdf. Acesso em: 24 de ago. 2020.

SÃO PAULO. **Site Oficial da Unidade de Ensino Superior de Graduação – CESU**: Orientações para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. São Paulo: CEETEPS, 2018. Disponível em: https://cesu.cps.sp.gov.br/pdi. Acesso em: 29 de mar. 2022.

SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. A extensão no âmbito da educação profissional de nível tecnológico: estudo exploratório em uma instituição de ensino pública do estado de São Paulo. **XVII Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional – SIMPROFI 2022**, Anais do XVII Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. CEETEPS, São Paulo, SP, 2022. Disponível em: http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/1165/a0009b1b3ef9bf2de3220f8b4c5bc78a.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

SILVA, F. L.; FOLIGNO, A. Z.; MACHADO, M. M. Responsabilidade social da educação superior: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2019). **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 54, p. 307-321, dez. 2021.

TAUCHEN, G.; FÁVERO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas críticas**, Brasília, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011.

TAVARES, C. A. R.; FREITAS, K. S. **Extensão universitária**: o patinho feio da academia? Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, Natal, v.3, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 2002.